

## Conceito Errado

Contribuição de Cristovam Buarque\*  
Saturday, 30 October 2004

Programas como Vale Gás e Bolsa Alimentação são assistenciais, e o programa Bolsa-Escola é educacional. Não deveriam ser misturados.

Dois meses atrás, houve grande repercussão da denúncia, divulgada pela imprensa, de que o programa Bolsa Família havia deixado de controlar a frequência às aulas das crianças das famílias beneficiadas.

Agora a repercussão foi muito maior, com a denúncia de que havia sérias falhas no seu gerenciamento. Apesar da gravidade do problema gerencial, mais grave ainda é o problema conceitual denunciado anteriormente.

Como ministro da Educação, participei dos estudos que realizaram a unificação do programa Bolsa-Escola com os programas assistenciais deixados pelo governo Fernando Henrique, e que formaram a Bolsa Família.

A idéia era atraente, porque permitia reunir recursos de diversos programas, mantendo a exigência da frequência às aulas.

Era como se juntássemos todos os programas em uma Bolsa-Escola mais ampla, com nome diferente que desse a marca do novo governo, segundo palavras de Duda Mendonça em reunião no Palácio do Planalto.

Com isso, estávamos transformando um programa educacional, o Bolsa-Escola, e os programas assistenciais, como Vale Gás e Bolsa-Alimentação, em um só programa educacional, garantindo que as crianças frequentassem as aulas e que os adultos fossem alfabetizados.

Mas estávamos errados, porque misturamos coisas diferentes, que não se somam.

Deixamos de considerar que em um país com a pobreza que o Brasil tem há famílias que precisam de ajuda assistencial, sem qualquer condicionante, para comer, e há famílias que precisam

de ajuda educacional, com condicionantes, para sair da pobreza.

Programas como Vale Gás e Bolsa Alimentação são assistenciais, e o programa Bolsa-Escola é educacional. Não deveriam ser misturados.

Ao misturá-los, criamos a base para emperrar os programas assistenciais ou para aniquilar o programa educacional.

Se exigirmos condições para que o pobre receba ajuda, ele passará fome, se não exigirmos condições para que o pobre receba a bolsa, ele continuará pobre.

Parte das famílias brasileiras - com pessoas idosas, solteiras sem emprego e muitos filhos pequenos - precisa da ajuda do gás e da comida.

Outra parte, com crianças em idade escolar, precisa de ajuda para ter os filhos estudando.

Os primeiros podem precisar de ajuda para sempre, os outros poderão sair da pobreza, com o tempo, graças ao estudo dos filhos. Essa diferença morreu quando unificamos programas diferentes, com finalidades diferentes.

Outro erro foi concentrar os programas em um só ministério.

O ministro Patrus Ananias foi muito criticado quando disse que não poderíamos deixar uma família passar fome porque os filhos não tinham ido à escola. Da ótica de seu ministério, ele tem razão.

O Brasil precisa de programas assistenciais, unificados ou não, e de um programa educacional, que pode ter qualquer nome, mas que mantenha o conceito da bolsa-escola tal como é utilizada hoje em diversas partes do mundo.

O programa assistencial atende às necessidades das famílias pobres, sem condicionantes, simplesmente apoiando-as em sua pobreza. O programa educacional condiciona a ajuda à frequência às aulas, com a convicção de que a educação das crianças romperá o ciclo vicioso da pobreza.

O primeiro programa deve ser gerenciado pelo Ministério da Assistência, o segundo pelo Ministério da Educação, que já gerencia programas de bolsa de estudos para universitários.

A tentativa de unificação dos programas foi correta, mas não será correto mantê-la depois de termos percebido o erro.

O presidente, que tanto se empenhou na unificação, deve promover a separação, e devolver a bolsa-escola ao Ministério da Educação.

Se isso não for feito, corremos o risco de deixar uma triste herança maldita para o próximo governo: a destruição de um programa brasileiro, nascido no PT, implantado nacionalmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, premiado e copiado internacionalmente.

Graças às denúncias feitas ao gerenciamento, podemos corrigir esse erro conceitual.

Além disso, não basta pagar uma bolsa-escola, se a escola estiver nas péssimas condições que apresenta hoje.

A bolsa-escola só faz sentido se a escola tiver qualidade. E ela não terá qualidade enquanto estiver entregue aos poucos recursos de cada município pobre.

Para dar o resultado esperado, a bolsa-escola deve ser parte de um programa de federalização da educação básica no Brasil.

\* Cristovam Buarque é Ph.D. em Economia. Foi governador do Distrito Federal (1995-98), em 2002 elegeu-se senador pelo PT com a maior votação dada a um político no Distrito Federal. Foi Ministro da Educação (2003-04). É membro do Instituto de Educação da Unesco. Autor do livro "Admirável Mundo Atual". Você pode visitar sua homepage - <http://www.cristovam.com.br> e escrever-lhe em [mensagem@cristovam.com.br](mailto:mensagem@cristovam.com.br)